

Resultado surpreende governo

ROSA COSTA

BRASÍLIA — O ministro da Justiça e coordenador político do governo, Jarbas Passarinho, disse ontem que ele e o presidente Fernando Collor recebiam "com grande perplexidade" a rejeição da Medida Provisória 296 pela Câmara, depois de o governo ter concordado em retroagir a revisão geral dos salários de agosto para julho. E não escondeu sua irritação com a decisão dos deputados: "Agora o problema é deles."

Rejeitada pela Câmara, a MP nem precisou ser analisada pelo Senado durante a sessão do Congresso. Passarinho informou que o governo poderá tentar novamente corrigir as distorções salariais dos servidores federais, com a inclusão de um adendo na medida provisória a ser editada em agosto para o reajuste linear

dos salários. "Resta saber se esse procedimento é constitucional", afirmou. Ele descartou, porém, a antecipação da edição dessa MP, porque o índice do reajuste geral dependerá do desempenho da receita da União em julho.

O ministro convocou os líderes do governo para um encontro em seu gabinete, ontem à noite, para se informar dos motivos que levaram os deputados a derrubar a MP 296: "Confesso que não sei as causas dessa decisão", disse. "O governo cedeu em praticamente todos os pontos defendidos pela oposição." O único item rejeitado, segundo Passarinho, foi a isonomia salarial entre servidores do Ministério da Saúde e da Previdência, que teria de ser estendido aos demais ministérios, como prevê o Plano de Cargos e Carreiras (PCC). Ele disse que Collor chegou a concordar

com essa medida, mas mudou de opinião depois que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, mostrou que isso hoje aumentaria em Cr\$ 36 bilhões a folha mensal de pagamento dos servidores.

Passarinho lembrou que cabe agora ao Congresso decidir o que fazer com o reajuste pago em maio aos servidores públicos beneficiados pela MP 296. "Os parlamentares derrubaram essa medida provisória para mantê-la", afirmou, ao ser informado por um repórter sobre a edição no Congresso de um decreto legislativo que mantém a reposição parcial dos salários. Ele disse não acreditar que esse instrumento possa vir a ser legalmente empregado nesse caso. "Eles (os parlamentares) que decidam", argumentou. "É difícil compreender por que vão manter uma proposta que recusaram."